

Um aviso: vêm mais impostos por aí.

Para os especialistas, isso é inevitável. Sem um ajuste interno não haverá solução para o problema da dívida externa. Por William Waack.

Não há outra saída. Por melhor que tenha sido a renegociação da dívida externa, com ou sem FMI, respeitando ou não o comitê dos bancos, o contribuinte brasileiro não escapa de um **acerto fiscal** — eufemismo que o governo usa para dizer “apertem o cinto que aí vêm mais impostos”. Outra coisa: o poder público vai ter de cortar radicalmente seus gastos também.

A advertência não é de quem está no governo, mas de alguém que já saiu dele: Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor da área externa do Banco Central e até há poucas semanas um dos ativos participantes da renegociação da dívida externa.

Não é o único a ministrar essa lição. No formidável time de ex-negociadores — uma equipe que vai de Langoni a Funaro, passando por banqueiros, empresários, burocratas e diplomatas —, poucos discordam. “Sem ajuste interno”, disse esta semana, em evento a portas fechadas, o embaixador José Botafogo Gonçalves, ex-vice-presidente do Banco Mundial, “não há negociação de dívida externa”.

Conhecido entre os especialistas do governo e da comunidade acadêmica pelo seu raciocínio rápido e tiradas irônicas, Carlos Eduardo de Freitas não poderia ser considerado de maneira alguma um **ortodoxo**. Ao contrário, identificado com posições às vezes ditas **duras** diante dos credores internacionais, causou algum desconforto numa nutrida plateia que a Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo) reuniu terça-feira à noite, dentro de um excelente ciclo de debates sobre política econômica, Freitas atacou a moratória, disse que havia poucas alternativas senão voltar às **regras do jogo** da comunidade

de financeira internacional e até pediu desculpas quando renunciou a vinda do **acerto fiscal**.

“Vocês podem até achar muito reacionário isto que estou falando”, afirmou, “mas eu não vejo como a gente pode dizer lá fora que a gente não tem como pagar a dívida, se aqui dentro não se fez ainda nenhum sério compromisso de ajuste e aperto”.

Preocupado em estabelecer algumas **verdades** sobre o tão cansativo tema da dívida externa, Freitas acolheu a tarefa com evidente mal-estar: “Discutir esse problema revela aspectos complicados da vida íntima do País”, disse, “a começar pelo fato de que nossas exportações não estão sendo baseadas em desenvolvimento tecnológico próprio e terminando pelo fato de que uma moratória nunca daria retorno político. Ela era simplesmente um recurso para financiar o setor público, e para o contribuinte normal isto nunca teria significado alívio em seu dia-a-dia”.

Da mesma maneira que outros colegas ex-negociadores, Freitas vem insistindo em mudar o enfoque das discussões sobre a dívida externa. Ele acha que ela não deve ser examinada como um problema da balança de pagamentos, e sim como fator de estrangulamento financeiro do setor público, que concentra 85% da dívida externa.

Freitas propõe um **desmembramento** da dívida brasileira em dois grandes segmentos: o setor privado e estatal produtivo, de um lado, e o próprio Tesouro, o Banco Central, os governos estaduais e estatais não-produtivos do outro. Apenas o segundo grupo teria a renegociação de sua dívida comandada pelo governo. Os integrantes do primeiro grupo teriam cobertura cambial para transferir seu serviço da dívida.

“Essa idéia teria uma grande vantagem”, explicou Freitas. “Eliminaria as discussões em torno de **relending** e **onlending**, daria clara dimensão ao problema da conversão e as negociações poderiam ser conduzidas bilateralmente, talvez, podendo até quebrar o poder monolítico do comitê de bancos.”

Ele deixou claro, de qualquer maneira, que o atual governo tem pouquíssima chance de adotar outro curso que não seja o da negociação clássica e ortodoxa com os credores internacionais. Presente à conferência de Freitas, o economista Hélio Cezar Bontempo, representando o Banco Central, deu-lhe apoio a meias: “Uma proposta melhor de negociação seria a de defender a moratória e pagamento mais reduzido do serviço, mas não há condições internas, não existe projeto de governo para isso”, afirmou.

No final das contas, afirma Freitas, mais lógico é calcular quanto custaria, em termos de sacrifício do crescimento da economia, uma renegociação ortodoxa, do tipo que ocorre agora. Freitas não foi conclusivo, mas deixou escapar que não é muito, isto é, o País ainda poderia crescer a uns 5,5% ao ano — resultado excelente se comparado a desempenhos recentes da economia.

Insistiu, porém, no que parece ser seu ponto de honra: os negociadores não devem permitir operações de **onlending** e **relending** (pelas quais credores reemprestam a clientes selecionados) ou conversão de dívida sem deságio, pois isto reduziria ainda mais as fontes de financiamento do setor público. Não há outra saída: é preciso dar recursos ao governo, e esperar que ele corte o déficit e aumente os impostos.